



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1321 | 17 a 23/02/2014

Alívio nas dores e no bolso

Conquista do ACT 2013/2015, novo benefício farmácia foi ampliado e garante medicamentos para todos

Uma década de luta dos sindicatos e da FUP, mas a espera valeu à pena. Finalmente os petroleiros conquistaram a ampliação do benefício farmácia para todos os medicamentos receitados. O novo benefício vale para todos os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás.

A reformulação do programa foi uma conquista obtida no último Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria e entrou em vigor no dia 05 de fevereiro, após solenidade realizada na sede da empresa, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de representantes da FUP, da Petrobrás e de todas suas subsidiárias.

Para viabilizar o novo benefício farmácia, os titulares da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e seus dependentes terão um desconto fixo mensal em contracheque que varia entre R\$ 2,36 e R\$ 14,17, por beneficiário, de acordo com a faixa de renda, no sistema de mutualismo.

Ampliação do benefício

O programa foi ampliado para que possa garantir uma série de serviços, como acesso a um site específico (beneficio.epharma.com.br) do



benefício farmácia para que os usuários possam estar sempre informados, aviso através do celular do horário de tomar o medicamento, reembolso em sete dias para remédios adquiridos em farmácias que não sejam credenciadas, entrega em domicílio, entre outras vantagens. Caso o usuário vá a médicos diferentes e estes receitem remédios que sejam incompatíveis, o beneficiário também será alertado sobre o problema.



Análise técnica

Alguns medicamentos precisam passar por uma análise técnica para serem fornecidos. Nesses casos, o beneficiário deve entrar no site <http://beneficio.epharma.com.br> e preencher uma ficha cadastral, fornecendo alguns documentos em formato digital, como R.G, carteirinha da AMS, receita médica, laudo médico e exames que comprovem a doença.

Esse procedimento só é necessário para os remédios que estão classificados como "Delivery" na coluna "Tipo" da lista de medicamentos no site da AMS (www.ams.petrobras.com.br). Após a aprovação da ficha cadastral, o medicamento solicitado será entregue na residência do beneficiário.

Sindicato apoia Grubba para o CA da Transpetro



Começou no dia 14 e vai até 22 de fevereiro a eleição para o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração (CA) da Transpetro. Trata-se de um importante espaço para que os petroleiros da Petrobrás Transporte possam encaminhar suas propostas e fazerem parte do debate sobre os rumos da empresa. Cabe ao representante o dever de lutar por avanços nos direitos dos trabalhadores.

A FUP e o Sindipetro Paraná e Santa Catarina apoiam o candidato Luiz Felipe Grubba, diretor do Sindipetro Unificado de São Paulo. Confira a seguir algumas de suas propostas:

- **Reincorporação da Transpetro à Petrobrás** - Lutar pela reincorporação da Transpetro para evitar qualquer possibilidade de privatização da empresa e retrocesso nos direitos trabalhistas.
- **Contra o assédio moral e a truculência** - Denunciar toda forma de assédio e truculência por parte das gerências e chefias da Transpetro.
- **Mais saúde e segurança** - Valorizar as Cipas e denunciar as decisões corporativas que possam aumentar a probabilidade de acidentes, mutilações e mortes de trabalhadores em terra ou mar.
- **Código de ética** - Exigir respeito ao Código de Ética contra os assédios e as perseguições que ocorrem contra os trabalhadores próprios e terceirizados na Transpetro.
- **Efetivo próprio** - Desmascarar a terceirização, reivindicar a contratação de efetivos próprios e garantir a mobilidade dos trabalhadores dentro da empresa.
- **Frota Naval** - Garantir o fortalecimento da frota nacional de navios, priorizando o conteúdo nacional e gerando mais empregos no Brasil.
- **Transparência** - Lutar para que o representante eleito possa participar das decisões que envolvam relações trabalhistas. Garantir que todos os trabalhadores tenham acesso às decisões tomadas pelo Conselho de Administração da Transpetro.
- **Gênero** - Fortalecer a luta das mulheres por instalações (vestiários, banheiros, etc.), uniformes e EPI's adequados para as mulheres.

Sobre o candidato:

Luiz Felipe Grubba trabalha na Transpetro desde maio de 2008 como técnico de administração e controle junior, lotado na malha do gás no terminal de Guararema. Grubba é formado em Geografia pela UEL e é diretor do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo, tendo se destacado como uma das novas lideranças do movimento sindical petroleiro. Apesar de jovem, já demonstrou competência, maturidade e coragem para os enfrentamentos e desafios que um cargo no Conselho de Administração exige.

AUTORITARISMO

FUP e sindicatos buscam a correção das injustiças do PIDV



A Petrobrás lançou na segunda semana de janeiro o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que beneficia monetariamente petroleiros(as) já aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assim como os que estiverem aptos a solicitar a aposentadoria até o dia 31 de março e tenham idade mínima de 55 anos.

O PIDV abrange 8.379 petroleiros, dos quais 6.879 já estão aposentados. Para quem se enquadra nos requisitos, não resta dúvida que o programa é um bom negócio. Porém, se trata de mais uma decisão unilateral da empresa, que lança programas que afetam a vida dos trabalhadores, sem nenhum debate prévio com o movimento sindical petroleiro e sem a garantia da reposição dos que aderirem ao PIDV, o que pode acarretar em sobrecarga aos que permanecerão na empresa.

A falta de efetivo próprio é o principal problema da categoria na atualidade. A onda de acidentes registrada nos últimos meses de 2013 e início de 2014 evidenciou a crise em relação ao reduzido número de trabalhadores. Lançar, portanto, um programa que reduz o efetivo próprio sem garantias de recomposição é no mínimo um desrespeito à categoria.

Além disso, a FUP e os sindicatos identificaram uma série de injustiças do programa e vão brigar para corrigi-las nas negociações com a Petrobrás.



Injustiças do PIDV:

- **Trabalhadores com direito à aposentadoria especial e do Grupo 78/79 que teriam direito à aposentadoria a partir dos 51 e 53 anos, respectivamente;**
- **Mulheres trabalhadoras que tem o tempo de aposentadoria diferenciado;**
- **Anistiados que não foram contemplados com o pleito da FUP pelo recolhimento do serviço passado na Petros;**
- **Definição unilateral por parte dos gerentes sobre quem sairá imediatamente e quem permanecerá por mais 36 meses.**

Resultado da eleição para o C.A da Petrobrás

No dia 10 de fevereiro sai o resultado da eleição para o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás. O eleito foi o candidato da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobras), Silvio Sinedino. Ele concorreu com o diretor de Saúde e Segurança da FUP e coordenador do Sindipetro Norte Fluminense, José Maria Rangel, que representou os petroleiros no C.A durante um ano e venceu o primeiro turno da eleição, com 4.127 votos. Neste segundo turno, ele alcançou 7.572 votos, uma diferença de apenas 115 votos para Sinedino, que obteve 7.687 votos. Ao todo, 15.693 trabalhadores participaram do processo eleitoral, que registrou 15.259 votos válidos, entre brancos e nulos.

Independente do resultado da disputa, quem sai fortalecida é a categoria petroleira, que entendeu a importância desta eleição e escolheu democraticamente o seu representante no C.A. Agora cabe a todos cobrar do novo representante eleito a ampla defesa dos trabalhadores no Conselho.

Consórcio se prepara para a exploração do gás de xisto

Conselho de Administração da Copel aprovou a constituição de consórcios com as empresas Petra Energia S.A, Bayar e Tucumann para começar a explorar a Bacia do Paraná

A reunião do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia (Copel) do dia 10 de fevereiro aprovou a constituição de consórcios para a exploração de gás de xisto na Bacia do Paraná. A decisão é decorrência da participação da Copel na 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Os consórcios serão formados com as empresas Petra Energia S.A. (na condição de operadora, com 30%), Bayar Empreendimentos e Participações Ltda. (30%), Companhia Paranaense de Energia - Copel (30%) e Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda. (10%), cujo proprietário foi condenado por empréstimos fraudulentos do extinto Banestado. Enquanto boa parte do estado sofre com racionamento de água em função de fatores climáticos, Copel, Tucumann e companhia se preparam para extrair gás de xisto por meio do polêmico e altamente poluente método de faturamento hidráulico ou fracking. Trata-se de uma técnica para realizar perfurações e extração de gás, o chamado gás de xisto. A diferença entre essa técnica e a perfuração tradicional é que ela consegue acessar as

rochas sedimentares de xisto no subsolo e, conseqüentemente, explorar reservatórios que antes eram inatingíveis.

O processo se inicia com uma perfuração que pode atingir até 3,2 km de profundidade, onde a tubulação a partir de determinado momento assume uma trajetória horizontal. Ao se deparar com as formações rochosas, é iniciado o fracking. Através da tubulação instalada é despejada uma mistura de grandes quantidades de água e solventes químicos comprimidos. A grande pressão provoca explosões que fragmentam a rocha. Para que o buraco não se feche novamente, são injetadas enormes quantidades de areia, que supostamente evitam que o terreno ceda ao mesmo tempo em que permite, por sua porosidade, a migração do gás a ser extraído.

Problemas

Além da periculosidade comum a qualquer tipo de perfuração, como a perda do uso da terra, grande quantidade de lixo industrial, a poluição e o comprometimento da qualidade de vida dos habitantes das regiões próximas dos poços, há também os riscos potencialmente associados ao próprio



fracking.

Durante o fraturamento hidráulico, um terço de tudo que está dentro do poço vem à tona, incluindo a água utilizada, os solventes utilizados e os resíduos da extração. Isso traz riscos de contaminação dos lençóis freáticos, risco que já era comum na metodologia das perfurações tradicionais. Eventuais vazamentos dos gases, sobretudo o metano, poluente e contribuinte para o efeito estufa são riscos adicionais.

A polêmica que envolve essa forma de extração tem sido objeto de crescente

debate, sobretudo nos EUA, país que possui grandes reservas de xisto. Com o refinamento da tecnologia, os custos de extração dessa fonte de energia diminuíram sobremaneira, o que significa uma pressão econômica enorme para a extração, mesmo com os eventuais riscos. A combinação do alto volume de reservas disponíveis, do baixo custo de extração e da crise americana faz com que as perspectivas econômicas tendam a conduzir os níveis de exploração dessa matéria-prima e uso da tecnologia a níveis

extremos, em substituição a outras fontes, sobretudo as renováveis, notadamente mais custosas. A respeito dessa questão, o filme Gasland, de 2010, tentou traçar um panorama dos problemas que o fracking pode trazer.

Mesmo com os riscos potenciais envolvidos neste sistema, criticado nos EUA e proibido em países como a França, a tecnologia não deve sofrer restrições no Brasil, a despeito de tantas alternativas sustentáveis na produção de energia disponíveis para investimento.

Tucumann e os empréstimos fraudulentos

Parceira da Copel na exploração do gás de xisto na Bacia do Paraná, a Tucumann Engenharia e Empreendimentos ganhou destaque nos últimos dias, mas não por causa de obras. Seu proprietário, José Maria Muller, foi condenado junto com outros dois empresários a penas entre 7 e 8 anos de prisão por empréstimos fraudulentos de US\$ 3,5 milhões do extinto Banestado.

De acordo com a decisão, proferida pelo juiz Sérgio Moro, da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, parte dos recursos (US\$ 331 mil) foi para a campanha à reeleição do então governador do Paraná (1995-2002), Jaime Lerner (na época do PFL), em 1998.

Além do proprietário da Tucumann, também foram condenados por crimes de gestão fraudulenta corrupção dos empresários Sérgio Marder, da Redram Construtora de Obras, e Maria Cristina Ibraim Jabur, da Jabur Toyopar Importação e Comércio de Veículos. As condenações foram possíveis por meio da delação premiada, auxiliadas também por investigações da Polícia Federal e Banco Central. Todos poderão recorrer em liberdade.

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor do banco Gabriel Pires Neto colaboraram com as investigações. Pires Neto, que autorizou os empréstimos, disse que o dinheiro para a campanha de Lerner foi solicitado por Giovani Gionédís, à época secretário estadual da Fazenda e presidente do conselho de administração do Banestado. Como a informação se baseou em conversa verbal entre eles, o juiz entendeu não haver provas contra Gionédís.

➔ SOCIEDADE

Liberdade de expressão x apologia ao crime: o caso Sheherazade

Em tempos de disputa selvagem por audiência e, consequentemente, mais anunciantes e lucro para os conglomerados midiáticos, não raras vezes o jornalismo televisivo transcende seu papel social para se transformar em um show de horrores.

Sem sombra de dúvidas, o episódio que envolveu um adolescente negro no Rio de Janeiro merecia destaque, mas não da forma como aconteceu. O jovem foi encontrado nu, com a orelha cortada, marcas de espancamento no corpo, amarrado pelo pescoço com uma trava de bicicleta em um poste na Avenida Rui Barbosa, no bairro do Flamengo. Acusado de praticar pequenos furtos na região, ele foi vítima de um grupo que se denominou “Os Justiceiros” e usavam motos. O bando alegou cometer tais atrocidades em nome da “justiça”.

Qualquer pessoa, com o mínimo senso de humanismo, repudiaria a ação criminosa do grupelho, mas a âncora do Jornal SBT Brasil, Rachel Sheherazade, conhecida por declarações conservacionistas polêmicas, ficou ainda mais famosa ao destilar todo seu preconceito e racismo quando comentou

em rede nacional o caso do jovem preto e pobre. “Num país que sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível”, disse a jornalista. “O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro”, acrescentou, para completar. “O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite”. Para finalizar, ela ainda disse que quem defende o suspeito deveria “adotar um bandido”. “Aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso no poste, lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”.

“Aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso no poste, lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”.

Rachel Sheherazade

A opinião da jornalista causou polêmica e muitas discussões nas redes sociais. Houve quem ficou do lado do reacionarismo e apoiou as afirmações preconceituosas de Sheherazade. Muitos repudiaram a âncora do SBT e exigiram providências contra ela. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro (Sindijor-RJ) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) emitiram notas que reprovaram a atitude. O Código de Ética da categoria prevê em seu artigo 6º que o jornalista tem o dever de “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” e “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”. Sheherazade deve ser submetida à Comissão de Ética do Sindijor-RJ.

O caso também teve repercussão na classe política. O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) disse que o partido entrará com uma representação junto ao Ministério Público contra a jornalista por crime de

apologia ao crime. Já a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), encaminhou ofício à Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo pedindo investigação e providências em relação Sheherazade por violação aos direitos humanos e incitação à violência. Um dos poucos a sair em defesa da jornalista foi o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), que preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

Diante da polêmica, a emissora tentou se esquivar da culpa e fez Sheherazade explicar sua postura também em cadeia nacional. Visivelmente constrangida, a jornalista tentou justificar o injustificável. Disse que não defende a violência, e que não defendeu a atitude dos justiceiros. Ela ressaltou, no entanto, que defende o direito do cidadão se defender e reafirmou que, cotidianamente, crítica no jornal a violência. Seu colega de bancada, Josival Peixoto, disse que a opinião de cada jornalista é individual e não reflete a posição da emissora, que quando é manifestada, é feita por meio de editorial. Foi uma estratégia clara do SBT de

tentar desvincular sua imagem das polêmicas da jornalista.

O caso continua repercutindo e traz à tona novamente o debate sobre a liberdade de expressão. Defensores de Sheherazade alegam que qualquer medida punitiva feriria o direito constitucional. Por outro lado, estaria não apenas a jornalista, mas qualquer outro cidadão, no direito de propagar o ódio, o preconceito e a discriminação sob a tutela da liberdade de expressão?

Cabe lembrar que algumas semanas antes da polêmica, Sheherazade saiu em defesa do jovem cantor canadense Justin Bieber, flagrado dirigindo em alta velocidade, alcoolizado e sob efeito de drogas. Branco, rico e famoso, Bieber foi perdoado pela jornalista. “Atire a primeira pedra quem nunca foi um rebelde sem causa, quem nunca questionou seus valores, quem nunca se perdeu de si mesmo ou procurou se encontrar. Os médicos dizem que é normal, é a síndrome da adolescência. Para anônimos e famosos como Justin, é uma fase de turbulência, hormônios em ebulição, conflitos, agressividade. É a busca da própria identidade”. E finalizou: “peguem leve com o Justin! O menino está só crescendo”.

